

APRESENTAÇÃO

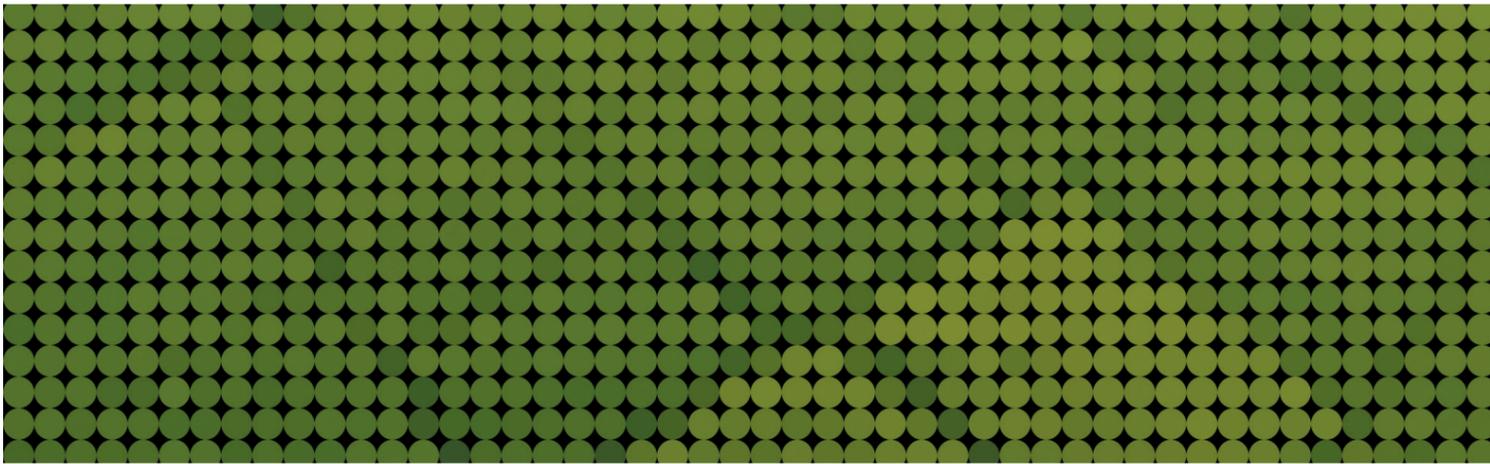
É com grande satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE publica o *Atlas do espaço rural brasileiro*, colocando em destaque o enfoque geográfico que contextualiza e fornece um novo significado às velhas questões que envolvem a agricultura e o agrário no Brasil contemporâneo.

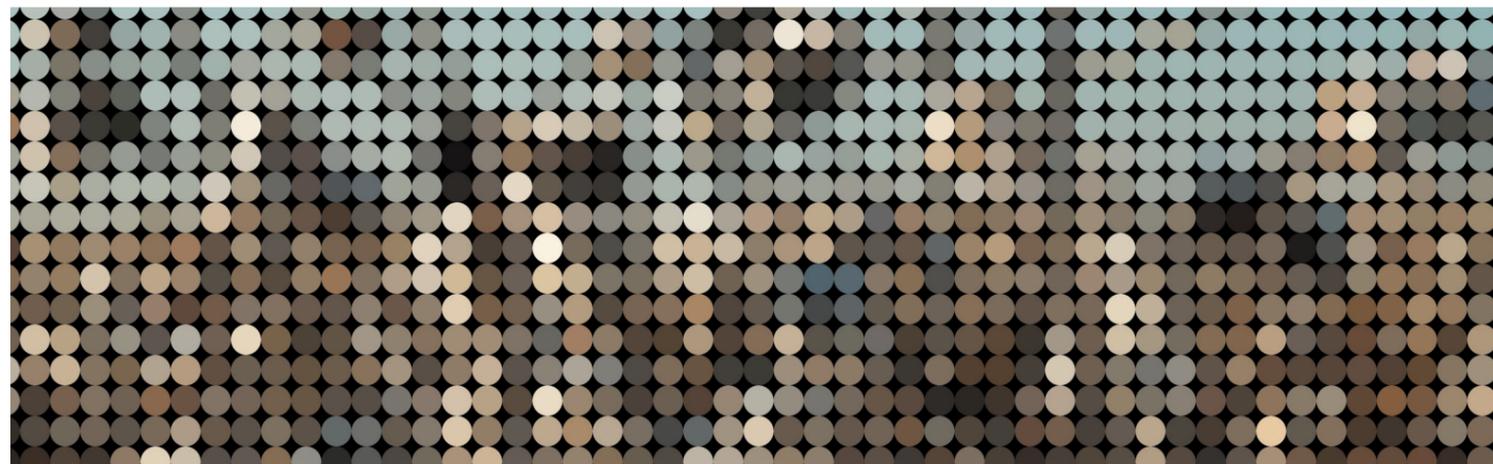
Para a elaboração dessa edição foi fundamental o trabalho conjunto da estatística e da geografia do IBGE, uma vez que a operacionalização dos novos conceitos do rural brasileiro passa, na atualidade, pela compreensão integrada não só das informações agropecuárias levantadas pelo Censo Agropecuário 2006, como das demais pesquisas agropecuárias, populacionais e econômicas realizadas pela Diretoria de Pesquisas, assim como das informações acerca das características territoriais, ambientais, de povoamento, localização, acessibilidade e fluxos, produzidas pela Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências.

Com efeito, a integração e abrangência temática é essencial para cumprir com fidelidade nos dias de hoje a missão do IBGE: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania” e, portanto, dar conta da complexa realidade contemporânea do campo brasileiro que supera em muito a leitura tradicional da divisão campo-cidade, dando ênfase às relações e continuidades geográficas estabelecidas nos dias atuais entre o rural e o urbano no território brasileiro.

Nesse contexto, o *Atlas do espaço rural brasileiro* constitui mais um projeto cuja execução é o resultado de um processo bem-sucedido e irreversível de trabalho integrado das Diretorias de Pesquisas e de Geociências do IBGE.

Wasmália Bivar
Presidenta do IBGE





A interpretação geográfica das informações agropecuárias produzidas pelo IBGE, em especial pelo Censo Agropecuário 2006, faz do *Atlas do espaço rural brasileiro* um projeto comprometido com uma perspectiva integrada da dinâmica socioeconômica do rural brasileiro contemporâneo.

O refinamento do instrumental estatístico e cartográfico, na delimitação e caracterização do espaço rural, passa pela absorção do território enquanto categoria de análise fundamental para dar conta da complexa realidade do campo brasileiro na atualidade, onde o rural não se resume mais ao lugar de realização de atividades primárias estrito senso, mas, antes, a uma trama territorial envolvendo os campos e cidades, com destaque para uma integração intersetorial da economia e para a emergência da variável ambiental como elemento-chave.

Com efeito, visto na primeira década do Século XXI como a maior potência agrícola e ambiental do Planeta, a elaboração do *Atlas do espaço rural brasileiro* possui, na atualidade, o desafio de superar a visão da agropecuária e do rural nacional a partir de paradigmas que não cabem mais na complexidade do mundo contemporâneo.

Esse projeto pretende, assim, superar o paradigma da modernização da agricultura que norteou a produção da geografia agrária no IBGE em décadas anteriores, abrindo-se a uma visão multidimensional do mundo rural. Nesse sentido, embora haja a necessidade de se manter o sequenciamento de mapas e temas, o comprometimento conceitual da análise integrada dos temas abordados é reafirmado nos textos introdutórios.

O complexo pensamento geográfico e a abordagem territorial do espaço rural se impõem. Desse modo, apontar novas forças sociais, formas de apropriação e uso dos recursos naturais e, enfim, novos processos estruturantes do espaço rural brasileiro, captados nas informações contidas nas bases de dados do IBGE, constituem o escopo desse projeto.

Nesse contexto, a divisão temática do *Atlas do espaço rural brasileiro* deve estar em sintonia com um mundo rural renovado, no qual a primazia marcante das atividades primárias – agricultura, pecuária, silvicultura etc. – cede espaço a uma maior diversificação temática.

Aí cabem, portanto, diversos temas abordados, seja o das relações rural-urbano, da Tecnologia de Informação e Conhecimento - TIC, da logística e dos fluxos traçados por complexas cadeias produtivas, dos condicionantes ambientais, entre outros,

que recontextualizam e tornam mais complexa a questão do uso da terra e da distribuição/especialização da produção agropecuária, assim como o da reprodução dos diversos segmentos de produtores que convivem e, por vezes, disputam o espaço rural brasileiro.

O primeiro capítulo – *Evolução do espaço rural brasileiro* – cumpre o papel não só de permitir uma visada histórica do modo como as informações do IBGE acompanharam a evolução do mundo rural brasileiro a partir de 1940, como de abordar as grandes questões que ainda pautam as discussões em torno do espaço rural no Brasil assim como a questão da expansão da fronteira agropecuária, as formas de apropriação, divisão e uso da terra, além do processo de mecanização do campo e as formas atuais de inovação ligadas, entre outros, à tecnologia de informação e de pesquisa genética essencial para a promoção da competitividade da agropecuária brasileira no mundo globalizado atual.

Analisar algumas das articulações existentes entre a dinâmica espacial da agropecuária brasileira e o meio ambiente constitui a dimensão abordada nos capítulos 2 e 3 – *Agricultura e meio ambiente e Distribuição espacial da agropecuária e dos recursos hídricos*, respectivamente – do *Atlas*, ressaltando aquelas características territoriais mais sensíveis às análises desenvolvidas pelo IBGE em torno dessa temática, a começar pela leitura da expansão da fronteira agropecuária *vis-à-vis* a distribuição geográfica dos diversos biomas e bacias hidrográficas que caracterizam e diferenciam o território brasileiro.

Com efeito, a revalorização da natureza talvez esteja colocando, em novos termos e de forma direta na atualidade, a percepção do meio natural como elemento central na diferenciação do espaço geográfico, a começar pela força geopolítica adquirida pelos biomas e pelas bacias hidrográficas na discussão da dinâmica territorial da agropecuária brasileira. Desse modo, no que diz respeito à natureza, os recursos naturais, antes voltados para a produção de bens primários, devem ser agora analisados enquanto objeto de novas formas de uso social, com destaque para a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Assim, a análise integrada do mapa de biomas, do extrativismo vegetal e do avanço da fronteira agropecuária através da

conversão do uso da terra por culturas exógenas à região Amazônica, constitui um dos vetores explorados pelo *Atlas do espaço rural brasileiro*, além daqueles derivados da própria expansão de espaços de legislação especial que, de alguma forma, estão na raiz dos conflitos territoriais existentes entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, os quais se impõem no curso da ação política e dos agentes econômicos notadamente no Brasil Central e na Amazônia.

Nesse contexto, é essencial, na atualidade, mapear e analisar as diversas formas de uso, de convivência e de impacto das múltiplas atividades rurais em relação aos recursos naturais do País, destacando-se a vegetação e os recursos hídricos. O acesso à terra, a gestão de bacias hidrográficas, a conservação ambiental, aí incluída a dos rios, da paisagem e da biodiversidade passam a ser temas centrais da análise do espaço rural brasileiro que enfatizam as articulações entre meio ambiente e as estruturas sociais e institucionais do Brasil.

Os capítulos referentes à questão da *Desigualdade socioeconômica no campo* e, em especial, à *Agricultura familiar* são desenvolvidos com objetivo de ressaltar a complexidade que distingue o perfil do produtor rural e, especificamente, do produtor familiar, aqui categorizado de acordo com os requisitos estabelecidos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que regulamentou a Política Nacional da Agricultura Familiar.

Com efeito, além das formas “tradicionais” de segmentação dos estabelecimentos e dos produtores, seja segundo o tamanho dos estabelecimentos, seja de acordo com o tipo de relação social de acesso à terra, a questão da diversidade socioeconômica e da agricultura familiar abarcam, também, crescentemente, a questão das formas de integração ao mercado e à afirmação da cidadania, abrindo o leque de questões em torno do acesso a inúmeras políticas públicas. Destacam-se também as questões relativas ao acesso aos serviços de saneamento básico em pequenos municípios, ao acesso à justiça agrária e à política pública voltada não só aos conflitos de terra decorrentes de grilagem de terras devolutas como à crescentemente violência no campo envolvendo a extração de madeira na fronteira Amazônica.

Tais questões colocam, enfim, em evidência a heterogeneidade de processos que contextualizam, na atualidade, as relações sociais no campo, tendo como destaque a contemporaneidade da abordagem territorial, em particular em torno da agricultura familiar.

Dentro desse entendimento articulado das temáticas envolvendo a dinâmica do espaço rural brasileiro na atualidade, seguem-se os capítulos referentes à *Tecnologia, Informação e Conhecimento*, aos *Usos e fluxos do espaço rural* e à *Logística da agropecuária e sua infraestrutura*, que puxam os vetores estruturantes da expansão da agropecuária nacional em um contexto de mundialização do mercado de *commodities* agrícolas, de proteínas, assim como do mercado de energia derivada da produção agrícola, como o do etanol e da bioenergia.

Com efeito, a expansão da fronteira agrícola do território brasileiro nas últimas décadas tem significado um adensamento técnico-informacional e normativo com a participação decisiva de grandes empresas ligadas ao agronegócio. A distribuição de tais densidades de fluxos, no entanto, é seletiva, uma vez que apenas algumas áreas e pontos do Território Nacional se inserem de forma mais completa nas redes, cadeias e complexos agroindustriais delineados a partir da “organização em rede” da agropecuária nacional, emergente nos anos de 1990 do século passado.

Assim sendo, a agropecuária brasileira passa a ser cada vez mais, e, sistematicamente, pautada por lógicas antes comuns apenas aos outros setores da economia e o imperativo da competitividade apodera-se da produção e da logística de distribuição em todas as suas etapas, ressaltando aí os mecanismos financeiros, econômicos e, principalmente, os inúmeros avanços tecnológicos que permitiram aos agentes hegemônicos articularem-se e estruturarem-se para atender tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo, o que torna as geografias das cadeias produtivas agropecuárias um elemento estratégico que

reconfigura novas regiões funcionais determinantes da dinâmica territorial do Brasil contemporâneo.

Finalmente, as *Relações rural-urbano* e as *Dimensões regionais do espaço rural brasileiro* encaminham a parte final do *Atlas*, ressaltando a heterogeneidade do rural contemporâneo que vai muito além da mera construção de indicadores estatísticos e do mapeamento da distribuição espacial da produção proveniente do setor agrícola, na busca da natureza e da variedade de funções e mecanismos que respondam pela dinâmica dos espaços rurais no período histórico atual, fazendo dele um vetor central de entendimento do quadro regional brasileiro.

Com efeito, o debate atual em torno das relações entre o rural e o urbano e da introdução da abordagem das dinâmicas territoriais implica na compreensão de novas ramificações temáticas que giram em torno das articulações territoriais e interdependências do rural com o urbano, na medida em que empiricamente o campo apresenta cada vez mais injunções com a cidade e suas funções, alterando a estrutura e a dinâmica de suas relações.

A análise do espaço rural brasileiro acompanhada pelas informações geográficas elaboradas pelo IBGE contempla, portanto, não só o setor agropecuário estrito senso, como a geografia da rede urbana local e da regional, pois é nesse espaço que muitos produtores rurais encontrarão fontes de renda e emprego complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola.

Nesse sentido, a leitura conjunta da distribuição dos estabelecimentos agropecuários localizados no território brasileiro segundo as coordenadas levantadas por Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System - GPS*) para o Censo Agropecuário 2006 e da distribuição das cidades e da rede viária por Unidades da Federação permite que uma visão integrada das diferentes formas de ocupação do Território Nacional seja revista através de formas diversas de manifestação da integração rural-urbana em substituição a uma análise dicotômica dessa relação.

Enfim, a ênfase no enfoque relacional, que envolva esses dois polos a partir do entendimento de suas relações de oposição e de complementaridade, remete ao conceito e ao tema da região e da diversidade regional que abriga não só espaço rural, como o próprio território brasileiro na contemporaneidade.

